

Processo nº: 32/2025 – CD – Denúncia – Embargos de Declaração

Embargante: Otávio Colle de Figueiredo

Embargada: Procuradoria do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do

Automobilismo

VOTO

I – RELATÓRIO

Trata-se, na origem, de denúncia oferecida pela Procuradoria do Superior Tribunal de Justiça Desportiva em desfavor de Otávio Colle de Figueiredo, piloto do carro #175 durante a 4ª Etapa do Campeonato Brasileiro da Copa Hyundai HB20, na forma do art. 21, I, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Em suma, segundo a acusação, no dia 15 de junho de 2025, o Denunciado teria agredido verbalmente o piloto Yassin Aboobakar (#786) e seus familiares nas imediações do box da HRacing, onde o esperava, sendo apenas impedido de chegar às vias de fato em razão de terceiro (o Sr. Bruno Testa) ter-lhe segurado.

O acórdão proferido por este e. Superior Tribunal de Justiça Desportiva julgou procedente a denúncia, pela prática da infração do art. 243-F do CBJD (ofensa à honra desportiva), com a condenação do Denunciado às penas de suspensão por uma etapa do Campeonato Brasileiro Copa Hyundai HB20 e de multa fixada em 12 (doze) UPs, com a devida anotação em sua cédula desportiva.

Ato contínuo, o Denunciado opôs embargos de declaração suscitando omissão quanto à retratação oferecida pela vítima, comunicada na forma de e-mail, não tendo havido diligências por parte deste e. STJD para validar a declaração de vontade do ofendido. Informa, ainda, ter interesse em aceitar a proposta de transação disciplinar desportiva.



O terceiro interessado renunciou ao prazo de contrarrazões.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Desde logo, frise-se que os embargos de declaração não comportam acolhimento.

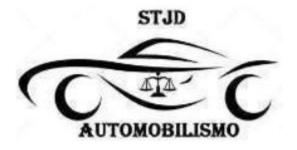
Por definição, os embargos declaratórios são uma espécie de recurso de fundamentação vinculada, conforme previsão do art. 152-A do CBJD, sendo seu objetivo a integração das decisões, eliminando eventuais obscuridades, contradições ou omissões e não a rediscussão do mérito julgado anteriormente, como parece pretender o ora Embargante. Confira-se:

Art. 152-A. Cabem embargos de declaração quando: (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

I - houver, na decisão, obscuridade ou contradição; (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o órgão judicante. (Incluído pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

Nessa senda, o acórdão guerreado apresentou fundamentação plenamente consistente, entendendo, em síntese, pela responsabilidade disciplinar do Denunciado, ora Embargante, quanto aos eventos narrados na peça acusatória.



Quanto à tese de eventual nulidade em razão da ausência de confirmação da identidade do ofendido, sabe-se que não cabe a este STJD realizar diligências probatórias, sob pena de violação ao princípio da imparcialidade e ao próprio sistema acusatório.

Embora o e-mail com a suposta retratação tenha sido enviado em momento anterior à sessão de julgamento, não foi utilizado o endereço cadastrado na Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), razão pela qual foi desconsiderado, estando ausentes garantias sólidas quanto à identidade do interessado.

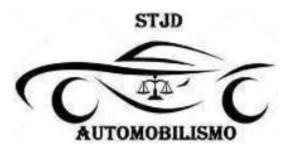
Não poderia, portanto, este STJD deixar de conhecer da denúncia com base em mensagem enviada por remetente desconhecido, sob pena de deixar de exercer a jurisdição disciplinar sem amparo fático suficiente, do que poderia resultar uma situação de injustiça, com a não observância da real vontade da vítima.

Sem prejuízo, este STJD igualmente já entendeu inúmeras vezes que a retratação da vítima não leva, necessariamente, à rejeição da denúncia, considerando as peculiaridades da tutela desportiva, que merece ser levada adiante em atenção aos princípios da boa-fé e do *fair play* na competição.

No mais, com o encerramento da atividade jurisdicional por este órgão, não se revela cabível homologar a aceitação intempestiva da transação disciplinar, tendo havido intimação prévia do Denunciado para essa finalidade específica e que tampouco foi respondida.

Por esse mesmo argumento, não prospera qualquer tese de nulidade por cerceamento de defesa, tendo por base a inércia defensiva do próprio acusado.

Página 127



Evidencia-se, por derradeiro, que a pretensão do Embargante deve ser veiculada por recurso diverso, não limitado às alegações de omissão ou contradição, como ocorre com os embargos declaratórios.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto pelo conhecimento e rejeição dos embargos de declaração opostos, mantendo-se integralmente o acórdão proferido por este e. STJD por suas próprias razões.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2025.

GUILHERME DE CASTRO GOUVÊA

AUDITOR RELATOR DA COMISSÃO DISCIPLINAR DO STJD DO AUTOMOBILISMO